

Deus Fica Irado?

Tim Crosby

Como isto se relaciona com o caráter de Deus?

Próximo ao tempo de Cristo alguns filósofos chegaram à conclusão que Deus, em Sua perfeição absoluta, não é sujeito às paixões e emoções humanas. Ele não experimenta aflição, excitação, amor ou ira. Filo, um Judeu Helenístico que viveu no tempo de Cristo, escreveu: “Alguns ... assumem que o Existente sente raiva e ira, ao passo que Ele não é absolutamente susceptível a qualquer emoção. Visto que a ansiedade é peculiar à fraqueza humana.”¹

Sabemos melhor, porque sabemos que Jesus experimentou emoções verdadeiramente humanas. E Ele disse: “Quem me vê, vê o Pai” (Jo 14:9*). A Escritura ensina que Deus sofre com Seus filhos: “Em toda a aflição do seu povo ele também se afligiu” (Is 63:9). O meigo amor de Deus excede aquele da mãe mais devotada: “‘Não é Efraim o meu filho querido? O filho em quem tenho prazer? Cada vez que eu falo sobre Efraim, mais intensamente me lembro dele. Por isso, com ansiedade o tenho em meu coração; tenho por ele grande compaixão,’ declara o Senhor.” (Jr 31:20).

Entretanto, uma variação estranhamente tentadora da ideia de que Deus não tem emoção está ganhando terreno hoje e é amplamente aceita entre Cristãos. É a crença que Deus não fica irado.

A teologia moderna tende a enfatizar o amor de Deus a expensas de sua santidade. Ela super enfatiza o fato que Seu amor é incondicional (ignorando passagens tais como João 15:10-14: “Se vocês obedecerem aos meus mandamentos, permanecerão no meu amor... Vocês serão meus amigos, se fizerem o que eu lhes ordeno”) e tendem a despersonalizar o conceito de retribuição. O universo, é dito, é como um fio eletrizado que queima automaticamente aqueles que assumem um relacionamento errado com ele. Mas, como C. S. Lewis aponta, aqueles que substituem uma figura de um fio eletrizado pela de uma Divindade ofendida não perceberam que nos privaram de toda esperança, pois uma Divindade ofendida pode perdoar, mas um fio eletrizado não.

Existe, de fato, uma grande porção de verdade na ideia do “fio eletrizado.” A Escritura ensina que o mal traz sua própria recompensa (Os 13:9; Jr 6:19; Pv 26:27; 28:6, 10; Sl 34:21; 37:14, 15). A punição do ímpio por Deus muitas vezes consiste em abandoná-lo à sua impiedade (Rm 1:24-28; Sl 81:12; At 7:42) para colher seus terríveis resultados. Mesmo quando a Bíblia fala de Deus destruindo, a destruição muitas vezes é na verdade obra de exércitos estrangeiros ou de homens maus (Jr 33: 4, 5). Em 1 Crônicas 10:14 nos é dito que por causa da transgressão de Saul, o Senhor “o matou” (RSV), contudo o verso 4 diz que Saul “pegou sua própria espada, e se lançou sobre ela” (RSV). A ideia de retribuição como um processo natural poderia ainda ser apoiada por aqueles textos que falam de semeadura e colheita (Pv 22:8; Os 10:13; Gl 6:7-9; Jó 4:8). Porém estes textos dificilmente implicam que a condenação é um resultado natural de nossos atos maus de algum modo mais do que eles implicam que a salvação é um resultado natural de nossas boas obras.

Embora a retribuição de Deus seja muitas vezes indireta, existe também testemunho escriturístico esmagador para a vingança ativa, direta de Deus. Aquelas passagens fundamentais do Velho Testamento que definem o caráter de Deus afirmam que Ele é extremamente bondoso, amoroso, perdoador, e extremamente zeloso em punir e vingar (Êx 20:5; 34:6, 7; Dt 7:9, 10). Os autores da Escritura de qualquer modo não vêm dificuldade, nem evitam apresentar a vingança de Deus como um aspecto saliente do Seu caráter (Dt 32: 41-43; Sl 94:1; Is 1:24; Ez 7:8, 9; Mq 5:15; Na 1:2ss.)

Ah, mas isto é o Velho Testamento! Nós não encontramos um quadro diferente no Novo?

Não. A mesma ênfase dual é repetida no Novo Testamento: Deus salva e destrói (Tg 4:12). É nos dito para considerarmos “a bondade e a Severidade de Deus” (Rm 11:22, RSV). Uma das figuras mais intensas da vingança de Deus é encontrada em Apocalipse 19:11-21 – e isto é um retrato do Filho! O mesmo Testamento que diz “Deus e amor” também diz que “Deus é um fogo consumidor.” Ele é o vingador (Rm 12:19; Hb 10:30). Até mesmo Jesus ficou irado (Mc 3:5; compare com Ap 6:16). Ele

destruiu a figueira e expulsou os ladrões do Templo (Mc 11:12-17). Jesus também falou da ira de Deus (Jo 3:36); e retratou Deus como um rei que punia e destruía implacavelmente o impenitente (Mt 18:34, 35; 22:7; Lc 12:46; 19:27). Desse modo a ira divina é claramente ensinada tanto no Novo Testamento como no Velho.

Indignação Justa

De fato, a ira humana é muitas vezes estimulada em demasia pelo orgulho ferido; tornamo-nos petulantes e vingativos; perdemos o controle. A ira de Deus não é assim. Mas existe uma indignação justa que não é apenas legítima mas essencial. Imagine dois indivíduos que observam um grupo de assassinos atormentando uma vítima desamparada. Um dos observadores encolhe seus ombros e vai embora, enquanto o outro se ira e intervém vigorosamente. Qual de eles é justo: o calmo ou o irado.

A ira é uma emoção que um homem justo sente quando confrontado com a injustiça (veja Jz 9:30; 2 Sm 12:5; Ne 5:6; Êx 32:19; At 17:16). Amar o bem é odiar o mal que é antagônico a ele (Hb 1:9); portanto a ira e o amor são dois lados diferentes da mesma moeda. Talvez seja por isso que é João, o apóstolo do amor, quem escreveu o retrato mais gráfica da ira de Deus no Novo Testamento – o livro de Apocalipse.

A antítese do amor não é a ira mas a apatia. E Deus de maneira alguma é apático. O segundo mandamento diz que Deus é um Deus “zeloso,” ou até mesmo “comovido.” Em outras palavras, Deus protege ardentemente. Como qualquer bom pai, Ele fica perturbado quando Seus filhos se desviam. Deus não é romântico, piegas, relaxado, inofensivo, e jovial. Se Seus filhos são desobedientes, Ele os disciplina (Hb 12:4-11), porque Ele deseja apenas o melhor para eles

O ódio de Deus pelo mal é exatamente tão forte como Seu amor pelo bem. Sua santidade é benigna para com o correto e malévolos para com o pecado, justamente como o fogo pode confortar ou destruir. Sua glória é tóxica para o mal, tal como o oxigênio, que é doador de vida para os humanos, é tóxico para certos tipos de bactéria. Deus é matéria, e o pecado é antimatéria e sempre que a matéria se encontra com a antimatéria há um holocausto.

Na Escritura, o problema que deixa o justo perplexo não é “Como pode um Deus misericordioso destruir?” mas exatamente o oposto “Como pode um Deus justo permitir que o mal continue desenfreado?” (Sl 73; 79:10; 94:1-7; Hc 1, 2; Ap 6:10). Novamente, o testemunho escriturístico não é que Deus não fique irado, mas que Ele é vagaroso em irar-Se, e não permanece irado (Sl 30:5; Is 54:7, 8; Sl 78:38; Is 12:1; Os 11:9; 14:1; Mq 7:18). O embaraço moderno com a ira de Deus é desconhecido para a Escritura.

Antropomorfismo?

Alguns têm sugerido que declarações a respeito da ira de Deus são apenas um antropomorfismo, uma concessão para os tempos. Mas não existe razão para assumir isto, pois é impossível encontrar até mesmo um único texto que diz que Deus nunca mata ou fica irado. Se alusões à ira de Deus são apenas figuras de linguagem culturalmente condicionadas, então talvez afirmações de Seu amor são igualmente não confiáveis.

Alguns escritores iriam muito longe para manter que Deus não mata; Ele meramente permite que Satanás tire a vida quando quer que isso se ajuste aos Seus propósitos. Este ponto de vista não é apenas inválido; ele é baseado na concepção ilógica que Satanás está sempre desejoso de cooperar com Deus destruindo seus próprios agentes que estão estorvando a vontade de Deus. E mesmo que isso fosse verdade, não isentaria Deus da responsabilidade pelas mortes das pessoas. Embora Davi não tenha tirado pessoalmente a vida de Urias, o Hitita, ele ainda é acusado de tê-lo matado “com a espada” (2 Sm 12:9). Portanto, não ajuda a questão dizer que Deus meramente “permite” Satanás tirar a vida. Se Deus deseja que demônios em vez de anjos destruam, como isso O torna menos responsável?

Outro argumento defendido por aqueles que negam que Deus mata é que aquilo que é errado para nós deve ser errado para Deus, também. À primeira vista isto parece razoável. Certamente Deus pratica aquilo que Ele prega, não é? Se a lei é uma transcrição do Seu caráter, Ele não a guarda?

A analogia do relacionamento entre pai e filho é útil aqui. Muitas coisas que as crianças são proibidas de fazer (“Não atormente o gato!”) são igualmente erradas para os pais. Mas algumas coisas (Não mexa nas chaves do carro”; “Não fique até depois das 9:00”) não são erradas em si mesmas; elas são proibidas somente porque a criança é incapaz de exercer responsabilidade adulta.

O mesmo é verdade para Deus é para nós. Deus nos proíbe de fazer certas coisas que são perfeitamente legítimas para Ele faze-las. Por exemplo, Deus exige louvor (Jr 31:7) e aceita adoração, porém é errado para uma criatura fazer essas coisas (Ap 19:10). Deus nos pede para repousarmos no Sábado, porém Ele continua a trabalhar neste dia (Jo 5:17) – como fazem Seus agentes humanos (Mt 12:5). Deus nos proíbe de tomar vingança, porém Ele o faz (Rm 12:19) – como fazem Seus agentes humanos, as autoridades civis (Rm 13:1-5). A vingança em si mesma não é errada, porém Deus sabe que não podemos estar confiantes que a empregaremos razoavelmente em nosso próprio caso.

Mas o que dizer a respeito do sexto mandamento? Coloquemos de lado por um momento a posição erudita geralmente aceita que este mandamento deveria ser traduzido “Tu não assassinarás” e não proibamos a pena de morte ou a matança na guerra. Assumamos, por causa do argumento, que ele proíbe todas as matanças. Mesmo se isto fosse verdade, significaria que o próprio Deus não tem o direito de tirar a vida? Não, porque a vida Lhe pertence. Eu não tenho o direito de incendiar o celeiro de outro homem (oitavo mandamento), mas o proprietário possui esse direito porque ele lhe pertence. Do mesmo modo, Deus pode tirar as posses de qualquer um de Seus filhos por Suas próprias razões – algo que seria chamado de roubo se nós o fizéssemos – porque todas as coisas Lhe pertencem. Um pai pode ensinar seu filho a não roubar dos outros e contudo, sem ser inconsistente tirar do filho um brinquedo que ele está usando de modo errado.

Deus e Genocídio

Mas isso justifica o que alguns poderiam chamar de genocídio? Examinemos um exemplo do pior caso do problema: o massacre dos Cananeus no Velho Testamento. Aqui gerações de céticos têm encontrado uma abundante munição para seu caso contra Deus. Como poderia Deus ordenar que Seu povo eliminasse cidades inteiras de homens, mulheres, e crianças simplesmente porque sucedeu que eles mantinham crenças diferentes?

Considere experimentar o seguinte pensamento: Suponha que você esteja caminhando um dia e ouça gritos agonizantes vindo do lado de dentro de uma casa do outro lado da rua. Ao entrar, você vê um garoto sendo segurado em cima de uma mesa por vários adolescentes enquanto um homem musculoso, de costas para você, estava serrando a perna do garoto com uma serra de carpinteiro. O garoto estava gritando de dor. O que você pensaria deste homem?

Suponha agora que, ao inquirir, você descobriu que o homem era o pai do garoto; que também ele era médico; que ele havia acabado de chegar em seu lar nesta vila primitiva e isolada e encontrou seu filho morrendo de septicemia aguda da perna; que nenhum sedativo estava disponível; e que lágrimas estavam escorrendo pela face do pai. O que você acha disso? Um conhecimento completo da situação faz toda a diferença!

No caso de Números 31, sugiro que se você não conhece todos os fatos, o que à primeira vista parece crueldade deveria ser visto como um ato de misericórdia, como no caso do médico amputando. Considere os fatos que conhecemos: Se alguém aceita a premissa de um inferno literal e avaliação da Bíblia da impiedade aparentemente irremediável dos Cananeus – e a arqueologia tem confirmado a falência moral da cultura dos Cananeus – então a autorização de Deus para a total destruição de eles é justificável, até mesmo misericordiosa, no que ela impôs a menor quantidade possível de sofrimento para o menor número de indivíduos quando visto à luz da eternidade. Tivesse sido permitido que os Cananeus vivessem, eles não somente teriam continuado a pecar, resultando em sofrimento adicional no inferno algum dia, mas eles teriam gerado descendentes que terminariam no mesmo lugar. Em adição, eles teriam

corrompida os Israelitas. Deus disse ao Seu povo para exterminar as vidas dos Cananeus a fim de prevenir tudo isto. Era um caso de menos sofrimento agora ou sofrimento maior depois.

A dificuldade às vezes impõe questões difíceis sobre nós. Em tempos de guerra, para o conflito terminar mais rapidamente, até mesmo a liberdade de defensores da liberdade, justiça, e retidão tomou decisões que trouxeram sofrimento ou morte para os inocentes. Se grandes líderes e homens bons algumas vezes acham necessário permitir que os justos morram com a culpa para a aquisição de um bem maior no final, então o próprio Criador não tem o direito de discriminadamente (veja Gênesis 18) destruir sociedades más?

O inferno foi originalmente planejado para o demônio e os seus anjos (Mt 25:41), mas aqueles que têm escolhido partilhar o caráter de Satanás devem compartilhar sua punição. Tem sido sugerido que Deus deixará o ímpio destruir um ao outro, mas um Deus justo deixaria o fraco na misericórdia do forte? Como então poderia o grau de sofrimento ser proporcional à quantidade de luz (Lc 12:46-48)? De acordo com Mateus 10:28, os seres humanos podem matar “o corpo, mas não podem matar a alma”; apenas Deus “pode destruir tanto a alma como o corpo no inferno.” O inferno é uma extinção sobrenatural da existência; ele é a ira retributiva de Deus contra o pecado.

A doutrina do inferno pode ser entendida apenas como uma manifestação da justiça retributiva de Deus, na qual o pecador é punido até que ele receba a quantidade exata de dor que ele merece à luz dos seus crimes. Jesus admoestou àqueles que deixavam de fazer as coisas certas com o juiz que eles jamais escapariam da prisão até que tivessem “pago o último centavo” (Mt 5:26, RSV). O servo não perdoador foi entregue às torturas, “até que ele pagasse todo o seu débito” (Mt 18:34, RSV). A severidade da punição depende da quantidade de luz que uma pessoa teve (Lc 12:47, 48).

Reforma ou Punição?

Mas o conceito da punição equivalente, ou justiça retributiva, está atualmente sob pesado ataque. Por que punir homens no inferno quando não há esperança de reforma? Afinal, dar ao criminoso aquilo que ele merece não desfaz o crime que ele cometeu. Não é a única razão legítima para a punição deter ou reformar?

Vejam os que acontece quando recolocamos o conceito “primitivo” da imposição de punição para equiparar o crime com um conceito mais “humanitário” do mal como uma doença que precisa ser “tratada” até que o paciente tenha melhorado. Sob o sistema humanitário, não deveria ser mais longa baseado no que é merecido. Ela não deveria ser mensurada (ou limitada) por qualquer regra “bárbara” como “olho por olho,” mas deveria ser administrada apenas enquanto servisse para reformar, ou para deter outros – como é feito em algumas nações onde dissidentes são fechados com vigilâncias psicológicas até que eles sejam “curados.”

Nossa! Nossa nova teoria de justiça já está pronta para enfrentar problema. “Isso é injusto,” você diz. Não, sob o sistema humanitário ela não é, pois afinal o ofensor não está realmente sendo punido; em vez disso, ele está simplesmente sendo “reformado, reabilitado, educado.” Tal sistema não lida mais com categorias de justiça e injustiça, de merecimento e méritos, mas de doença e cura. Certamente a reabilitação não é injusta! Sob a nova teoria o ofensor não é punido até que a punição seja comensurada com o crime, mas ele é tratado até que seja curado – o que poderia durar para sempre.

C. S. Lewis provê uma análise afiada dos resultados últimos dos resultados da rejeição da justiça retributiva: “De acordo com a teoria humanitária, punir um homem porque ele merece, e tanto quanto ele merece, é mera vingança, e, portanto, bárbara e imoral. É mantido que apenas motivos legítimos para punir são os desejáveis para deterem outros pelo exemplo ou para corrigirem o criminoso...”

“Meu argumento é que esta doutrina, embora pareça misericordiosa, ela na verdade pretende que cada um de nós, desde o momento em que quebramos a lei, sejamos privados dos direitos de um ser humano. A razão é esta. A teoria humanitária remove da punição o conceito de merecimento. Mas o conceito de merecimento é o único laço de ligação entre ser justo ou injusto. É somente quando merecida ou imerecida que uma sentença pode ser justa ou injusta. Não argumento aqui que a pergunta ‘É merecida?’ é a única que podemos razoavelmente fazer a respeito de uma punição. Podemos muito apropriadamente

perguntar se é provável deter a outros e reformar o criminoso. Mas nenhuma destas duas últimas perguntas é uma pergunta sobre justiça... Desse modo quando deixamos de considerar o que o criminoso merece e consideramos apenas o que o curará ou deterá a outros, nós o temos tacitamente removido completamente da esfera da justiça...

“Somente o ‘penologista’ (permita que coisas bárbaras tenham nomes bárbaros), à luz de experimentos prévios, pode nos dizer o que é provável deter; somente o psicoterapeuta pode nos dizer o que é provável curar. Será em vão para o restante de nós falando simplesmente como homens, dizer: ‘mas esta punição é hediondamente injusta, hediondamente desproporcionada para os merecimentos do criminoso.’ O perito com perfeita lógica responderá: ‘Mas ninguém estava falando sobre merecimentos. Ninguém estava falando a respeito de *punição* em seu sentido arcaico, vingativo da palavra. Existem estatísticas provando que este tratamento detém. Existem estatísticas provando que este outro tratamento cura. Qual é o seu problema?’”²

Que Punição?

Por que os pecadores merecem punição? Pela mesma razão que Deus merece louvor. Não devemos louvar a Deus com a intenção de receber algum favor, mas por causa daquilo que Ele é. O propósito não é mudar a Deus; o louvor não é oferecido como uma causa para alcançar algum resultado; ele é simplesmente apropriado. Outrossim, Adolf Hitler, por exemplo, merece sofrer por causa do sofrimento que ele causou a outros, não para muda-lo, ou para alcançar algum resultado, mas simplesmente porque é apropriado. Isso é justiça. Se, em adição, seu sofrimento tem um efeito restringente, ou se ele o cura, tanto melhor. Mas a punição é requerida à parte de qualquer efeito restringente ou curativo que ela possa ter. Ela é a analogia moral à lei física que “para cada ação existe uma reação igual oposta.” Qualquer um que trabalha merece receber o salário que ganhou, e o salário do pecado é a morte.

Além disso, a punição deve ser equivalente ao crime. Este é o princípio que está por trás da lei de *lex talionis*, “um olho por um olho e um dente por um dente.” Eu argumentaria que este princípio é a própria essência – na verdade, a definição – de justiça. Infelizmente, uma má interpretação do Sermão do Monte tem levado alguns a considerarem este princípio como uma relíquia abandonada de uma mentalidade primitiva.

Muitos eruditos (e.g., Joachim Jeremias, David Martyn Lloyd-Jones, Arthur W. Pink) concordam que Cristo, em Mateus 5:38-48, não está colocando de lado a lei de *lex talionis* como um princípio judicial, mas como um princípio de vingança pessoal. É errado o indivíduo tomar a lei em suas próprias mãos. A vingança pertence a Deus (Hb 10:30) e a Seus agentes encarregados. Embora Jesus admoestasse Sua audiência sobre o monte a “não resistir ao mal” (Mt 5:39, KJV), contudo em Romanos 13:4 é afirmado que a autoridade governamental sobre a terra deve ser um “ministro de Deus, e vingar aquele que traz ira sobre alguém que pratique o mal” (NASB). As autoridades civis têm direito à vingança. A lei de *lex talionis* do Velho Testamento foi dada como parte das leis do governo da nação de Israel; mas o Sermão do Monte foi dado aos Judeus que perdem sua soberania para os Romanos.

Portanto, “um olho por um olho” ainda é um princípio válido de jurisprudência. De fato, o princípio de punição *lex talionis* pronorcional ao crime – é na verdade reafirmado no Sermão do Monte em Mateus 7:1, 2: “Não julguem, para que vocês não sejam julgados. Pois da mesma forma que julgarem, vocês serão julgados; e a medida que usarem, também será usada para medir vocês.”

O restante do Novo Testamento também indica que Deus atua de acordo com o princípio *lex talionis*. “Deus é justo,” escreve Paulo. Ele retribuirá “com tribulações aos que lhes causam tribulação” (2 Ts 1:6). Observe que esta resposta “golpe por golpe” é considerada como prova da justiça de Deus. Hebreus 2:2, 3 torna a nova dispensação uma intensificação da velha, onde “cada transgressão recebia uma justa retribuição” (RSV). Colossenses 3:25 e Romanos 2:5-11 fala do pagamento em espécies de acordo com os atos de alguém. A parábola do servo não misericordioso conclui com um pagamento retributiva que requer uma quantidade de sofrimento equivalente aos crimes cometidos: “Tão irado ficou o mestre que ele condenou o homem à tortura até que ele pagasse o débito por completo. E é assim que

meu Pai celestial lidará com vocês, a menos que cada um perdoe seu irmão de coração” (Mt 18:34, 35, NEB).

Particularmente reveladoras são as indicações do Apocalipse das reações por trás do cenário dos julgamentos de Deus. O apelo por vingança de sangue por parte dos justos mortos em Apocalipse 6:9-11 é finalmente respondida em Apocalipse 19:2, onde vinga sobre Babilônia “o sangue dos Seus servos.” Depois que os três primeiros anjos derramam suas “taças da ira de Deus” sobre a terra (Ap 16:1-4), os anjos louvam a Deus por Sua justiça por retribuir o ímpio de sangue com sangue (versos 5-7), exclamando “Eles merecem” (NASB). Observe que esta punição é puramente retributiva, não corretiva, porque neste ponto na história os ímpios estão além do arrependimento (versos 9, 11); o tempo da graça terminou. É claro que Deus opera sobre o princípio de “um olho por um olho” e que os anjos acham que isto é digno de louvor.

Um último detalhe. A posição “não ira” rouba até mesmo as declarações bíblicas a respeito do amor e misericórdia de Deus de toda força, pois sem ira, não há misericórdia. Quando um pai serve uma refeição ao filho, isto não é misericórdia, mas um dever. Mas se o filho desobedece, é mandado para fora da sala sem o jantar, e então o pai tem compaixão e serve o jantar em seu quarto, isto é misericórdia, porque apenas a ira pode ser esperada. Assim a menos que tomemos seriamente o testemunho escriturístico sobre a ira de Deus, não podemos descobrir a necessidade de Sua misericórdia.

É fácil escorregar da verdade “Deus é amor” para sua contrafação: “Deus é bondoso.” Parece muito mais seguro servir a um Deus dócil, sempre gentil, sempre cordeiro, nunca um leão. Mas enquanto a Bíblia permanecer nosso credo, esta caricatura de Deus deve ser rejeitada.

¹ *Quod Deus Sit Immutabilis* 52.

² C. S. Lewis, “The Humanitarian Theory of Punishment,” em *God in the Dock: Essays on Theology and Ethics* (Grand Rapids: Eerdmans, 1970), pp. 287-289.

*A menos que seja indicado de outra forma, os textos Bíblicos usados neste artigo são da Nova Versão Internacional.

07/90